

Recursos eletrónicos na UE

Estado-Membro	Medidas em matéria de justiça eletrónica
Áustria	Foram tomadas medidas imediatas em termos de infraestruturas e de aplicações para reforçar e garantir o teletrabalho e a realização de videoconferências, largura de banda e conectividade suficientes, bem como a transmissão segura de informações confidenciais ou sensíveis. Os notários podem prestar todos os serviços por via eletrónica, nomeadamente autenticar documentos e praticar atos notariais. Os notários devem proporcionar um canal de comunicação vídeo estável com os interessados e cumprir determinadas precauções de segurança durante o processo de identificação. Até agora, este procedimento eletrónico só foi autorizado para a constituição de sociedades de responsabilidade limitada.
Bélgica	
Bulgária	O Conselho Superior da Magistratura deu ordens para que os documentos fossem apresentados aos tribunais e ao Ministério Público por via postal ou por correio eletrónico , e para que as consultas fossem efetuadas por telefone ou por via eletrónica . A convocatória para as audiências é feita por telefone ou por via eletrónica. Os serviços prestados pelo Registo Comercial e por outros registos estão acessíveis pela Internet.
Croácia	Em regra, a comunicação com as partes e todos os participantes em processos judiciais decorre por via eletrónica. Nos processos em que seja necessária a realização de reuniões ou de audiências presenciais, devem ser tomadas todas as medidas cautelares impostas pelas autoridades de saúde. Devem ser utilizados os meios técnicos de comunicação à distância à disposição dos juízes e dos tribunais, incluindo no interior do tribunal (correio eletrónico, videoconferências, etc.). Todos os advogados, cidadãos e outros utilizadores da «eKomunikacija» (comunicação eletrónica) podem visualizar o conteúdo de todos os documentos, se tal conteúdo estiver disponível no sistema de gestão de processos. A comunicação eletrónica é utilizada em todos os tribunais (comerciais, de comarca e distritais) e no Supremo Tribunal Comercial da República da Croácia. Os advogados, administradores de insolvência, notários, peritos judiciais, avaliadores e entidades jurídicas podem enviar requerimentos e anexos ao tribunal; receber documentos judiciais; tomar conhecimento dos processos judiciais à distância; entre outras ações. Atualmente, apenas os advogados, os avaliadores e os peritos judiciais, os administradores de insolvência e as entidades jurídicas podem enviar requerimentos ao tribunal. O «ePredmet» (dossier eletrónico) faculta a todos os cidadãos informações sobre o decorrer e a dinâmica da resolução dos processos ordinários e das ações judiciais, mas não acesso ao conteúdo dos documentos judiciais. O Ministério da Justiça disponibiliza os pré-requisitos técnicos para o serviço de comunicação eletrónica.
Chipre	
República Checa	As audiências que não podem ser adiadas são realizadas em estrita conformidade com as restrições impostas pelo Governo, ou seja, sem a participação de público, sendo a inquirição das testemunhas e o interrogatório dos arguidos efetuados por videoconferência, etc.
Dinamarca	

Recursos eletrônicos na UE

Estónia	Os tribunais, o Ministério Público, os estabelecimentos prisionais e os profissionais da justiça já dispõem do equipamento necessário ao teletrabalho. Além disso, qualquer portador de um documento de identificação estónio tem acesso eletrónico a serviços governamentais, podendo assinar e enviar ou receber documentos eletronicamente de forma segura. Todos os tribunais permaneceram abertos, embora com horário de abertura limitado. Os juízes e outros funcionários dos tribunais podem praticar a maior parte dos atos processuais por escrito, a partir de casa, graças ao sistema informático e ao sistema de processos judiciais eletrónicos. A fim de aumentar a capacidade de realizar conferências virtuais, foram criadas salas de reunião virtuais para o ministério, os tribunais, o Ministério Público e os estabelecimentos prisionais. A cooperação judiciária em matéria civil e penal é realizada tanto quanto possível por correio eletrónico.
Finlândia	Os órgãos judiciais (tribunais, Ministério Público) mantêm todos os contactos principalmente através de serviços eletrónicos , tendo os serviços presenciais sido suspensos ou bastante reduzidos. Os tribunais estão a realizar as audiências por meios de comunicação à distância, tanto quanto o permitido pela lei. É dada prioridade aos processos mais urgentes e críticos.
França	O despacho de 25 de março de 2020 sobre a adaptação das modalidades processuais durante a crise prevê a possibilidade de se transferir a competência de um tribunal que não esteja em condições de funcionar para outro tribunal, assim como a realização das audiências por videoconferência.
Alemanha	
Grécia	
Hungria	É efetuado recurso mais frequente à comunicação por escrito . Foi autorizado e incentivado o uso de ferramentas de comunicação modernas para os atos processuais que exijam participação oral direta.
Irlanda	Foi criada a infraestrutura tecnológica necessária para realizar as audiências à distância sem violar a obrigação constitucional da publicidade na administração da justiça.
Itália	No que se refere às audiências, todos os processos pendentes foram adiados <i>ex officio</i> até 15 de abril - ou até 30 de junho em certos casos - exceto aqueles que tenham sido declarados urgentes ou considerados prioritários por força da lei. Nestes processos, a participação efetiva das partes e a proteção dos seus direitos processuais, nomeadamente no que se refere aos reclusos, são garantidas por sistemas de videoconferência , com áudio e vídeo simultâneos de todos os interessados, recorrendo-se a sistemas de comunicação confidenciais entre o réu e o advogado.
Letónia	
Lituânia	Os oficiais de justiça já eram obrigados a efetuar e a registar todos os atos dos processos de execução eletronicamente, estando a ser envidados esforços para que os notários possam aprovar a maioria das transações por via eletrónica.
Luxemburgo	
Malta	
Países Baixos	Foram tomadas medidas para facilitar o funcionamento da justiça, nomeadamente através da realização de audiências por videoconferência e da prática de atos judiciais por escrito .
Polónia	
Portugal	
Roménia	

Recursos eletrónicos na UE

República Eslovaca	Os escritórios de advogados podem manter-se abertos, ainda que muitos dos advogados trabalhem a partir de casa. É atribuída prioridade aos meios de comunicação eletrónicos, telefónicos ou outros que não impliquem contacto físico. O horário de expediente dos notários é limitado, sendo aconselhável efetuar as consultas por telefone ou por correio eletrónico. Os oficiais de justiça reforçaram a capacidade de contacto com o público por via telefónica e eletrónica.
Eslovénia	
Espanha	Foram fornecidas ou reforçadas soluções informáticas e ferramentas de comunicação , a fim de facilitar o teletrabalho dos juízes, procuradores e outros intervenientes nos processos judiciais.
Suécia	Foi reforçada a utilização de ferramentas de comunicação eletrónica e a realização de conferências por vídeo ou por telefone no âmbito dos processos judiciais .

Atualizado em
28.4.2020